

## NOTICIÁRIO

### COLÓQUIO SOBRE MAGISTRATURA E DEMOCRACIA NA EUROPA

A situação política francesa, o anúncio oficial de uma reforma do estatuto da magistratura e a circunstância de a comissão encarregada da respectiva preparação ainda não ter apresentado relatório ao Ministro da Justiça convenceram a Faculdade de Direito da Universidade de Lille e o Sindicato da Magistratura francês da oportunidade de realização de um colóquio internacional sobre «Magistratura e democracia na Europa».

O colóquio, precedido da divulgação de elementos de direito comparado dos países representados, incidindo sobre o quadro institucional, as garantias de independência, o funcionamento das jurisdições e os textos constitucionais, teve lugar na Universidade de Lille nos dias 10, 11 e 12 de Fevereiro de 1983 e contou com a participação de professores universitários, políticos e magistrados da Bélgica, Espanha, França, Itália, Países Baixos, Portugal e República Federal da Alemanha. Nele foram abordados três grandes temas: *relações entre as magistraturas e o Estado* (que legitimidade para os juizes?), *garantias de independência dos magistrados* (que liberdades para os juizes?) e *relações entre estes e os cidadãos* (que garantias para os cidadãos?).

Dentro do primeiro tema, e no âmbito de uma *teoria do poder judiciário*, foi privilegiada a *questão da legitimidade dos magistrados*, em si (Jean-Denis Bredin, Universidade de Paris I) e nas suas relações com as *lógicas de acção judiciária* (Karl Heinz Ladeur, Universidade de Bremen), com a *independência e os valores de mudança* (Salvatore Senese, membro do

Conselho Superior da Magistratura italiana) e com as recentes transformações na natureza do poder do Estado nos países capitalistas avançados (Boaventura de Sousa Santos, Universidade de Coimbra), seguindo-se-lhe um balanço de experiências nacionais — italiana (Alexandro Pizzorusso, Universidade de Florença), espanhola (António Carretero, magistrado espanhol), portuguesa (António Vitorino, deputado, Universidade de Lisboa) e francesa (Pierre Lecocq, Universidade de Lille II) — e uma abordagem do estatuto do Ministério Público nos Países Baixos (G. Corstens, Universidade de Nijmegen) e no direito europeu (George Wiederker, Universidade de Estrasburgo).

Se exceptuarmos o estudo do historiador Jean-Pierre Royer (Universidade de Lille) sobre a *classificação dos magistrados em França*, o tema *independência*, nas suas implicações formais (pluralismo/monolitismo na composição dos órgãos de gestão das magistraturas, carreira, classificações, promoções e sistema hierárquico) e *informais* (auto-censura como resultado das pressões exercidas sobre o magistrado por factores exteriores e interiores ao corpo judiciário) foi exclusivamente tratado por magistrados, na sua maioria franceses.

O último tema, que foi desenvolvido através de exposições sobre a *figura do juiz natural* — em Portugal (Mário de Araújo Torres, Presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público), em Itália e na R.F.A. — e sobre os *juizes não profissionais* e a *conciliação*, também esteve quase exclusivamente a cargo de magistrados.

Desnecessário será acentuar (os pontos focados e a qualidade dos intervenientes falam por si) que o colóquio permitiu dar um importante passo na análise dos aspectos jurídicos, sociológicos e políticos do funcionamento do aparelho judicial e constituiu um considerável ensejo de troca de experiências entre os participantes dos diversos países. Experiências no quadro das quais, é justo dizê-lo, a portuguesa continua a ocupar um lugar de vanguarda.

Porque se tratava de uma iniciativa destinada a influir na projectada reforma do estatuto da magistratura, o silêncio dos políticos franceses frustrou uma das dimensões esperadas do colóquio. Apenas o Vice-Presidente da Assembleia Nacional francesa, Jean-Pierre Michel, numa curta intervenção no âmbito da discussão do segundo tema, deixou no ar algumas pistas sobre a especificidade do ponto de vista da classe em que se integra ao pôr em questão a necessidade de se avançar para a consagração constitucional da composição pluralista do Con-

selho Superior da Magistratura face à circunstância de o Presidente da República ser, no sistema constitucional francês, o representante de uma maioria e o garante da independência dos juízes.

Desta oportuna iniciativa, cujos textos já se encontram publicados (*Être Juge Demain*, recolha de Jean-Pierre Royer, Presses Universitaires de Lille), resultou como mais relevante consequência a elaboração de um projecto de carta das garantias mínimas de um estatuto democrático da magistratura, a submeter à apreciação do Conselho da Europa com vista à sua transformação em adicional à Convenção Europeia dos Direitos do Homem. O respectivo texto, documento-síntese dos pontos de vista manifestados pela generalidade dos magistrados nas suas intervenções, é o seguinte:

«Numa sociedade democrática a justiça deve ser livre de qualquer influência do poder executivo e de interesses particulares.

A sua independência deve ser mantida por organismo ou organismos eleitos, reflectindo o pluralismo do corpo social e dos magistrados. Tais organismos devem intervir na nomeação e no regime disciplinar dos magistrados.

O recrutamento dos magistrados deve ser assegurado sem escolha exclusiva nem do poder executivo nem do poder judiciário. Deve ser efectuado sem controlo ideológico, na base da igualdade de acesso para todos.

Qualquer pessoa tem direito a ser ouvida e a que a sua causa seja examinada pelo juiz natural, previamente determinado pela lei. As modalidades de afectação dos magistrados e de atribuição dos processos devem garantir o respeito deste princípio. A existência de jurisdições especiais e de excepção está excluída.

Os magistrados, como qualquer cidadão, têm direito à liberdade de reunião e de associação, nela se compreendendo o direito de sindicalização. Têm o direito de greve.

A lei prevê as modalidades de controlo dos cidadãos sobre o funcionamento da justiça. Este serviço público deve obedecer ao princípio da transparência. Todas as decisões judiciais devem ser motivadas. A faculdade de expressão pública da posição minoritária deve ser prevista.

As limitações ao direito de criticar as decisões da justiça são restrições inaceitáveis à liberdade de expressão.

As instituições judiciárias devem prestar contas da sua actividade aos representantes do corpo social.

A lei deve favorecer a participação directa dos cidadãos na administração da justiça e na função de julgar».

*Victor Carmo Moreira Fernando*

#### FERNANDO PESSOA NOS ESTADOS UNIDOS

Disse o poeta americano Karl Shapiro, quando em 1970 a Swallow Press publicou nos Estados Unidos os *Selected Poems* de Fernando Pessoa em tradução de Edwin Honig, que o poeta português se lhe revelara como a Keats o Homero de Chapman. Não é, porém, a influência de Pessoa na poesia americana contemporânea que me ocupa aqui — se bem que esse tema de recepção literária (ou, como se diz na terminologia anglo-americana de *reader-response criticism*), se apresente fértil de realizações (difíceis, embora) a quem se interesse por esse tipo de comparatística. Um bom ponto de partida seria o próprio Honig («He had need of a way/to be himself/without being himself», "Being Somebody", in *Inter-rupted Praise*, Metuchen, N. J./London, The Scarecrow Press, 1983, p. 33) — esse excelente poeta americano que não teve ainda a sorte (ou a desgraça...) de ser «descoberto» pela hermenêutica poética *post-new-critic*.

A origem desta nótula é ainda o II Congresso Internacional de Estudos Pessoaanos, que se realizou, há quase um ano atrás, na Universidade de Vanderbilt, em Nashville, Tennessee, como atempadamente noticiou Arnaldo Saraiva no *Expresso/Revista* (10/4/83). Com o patrocínio de várias instituições — entre as quais se destacam a própria Universidade de Vanderbilt e institutos a ela ligados, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Portuguese Cultural Foundation, o Ministério da Cultura, o Instituto de Cultura Portuguesa, o Instituto Português do Livro e o Centro de Estudos Pessoaanos — e com a participação de inúmeros especialistas, estudiosos e admiradores de Fernando Pessoa, o congresso realizou-se com pleno êxito, graças à dedicada organização do decano de Literatura Portuguesa da Universidade de Vanderbilt, Alexandrino Severino, e ao apoio do seu Departamento de Estudos Espanhóis e Portugueses, na pessoa também do seu Director, o Prof. John Crispin. De 31 de Março a 2 de Abril de 1983, aquela Universidade proporcionou ainda

aos congressistas uma amostra generosa da bela hospitalidade sulista, não tendo faltado sequer a animação *country* da música, a que Arnaldo Saraiva se referiu já no *Expresso* ao falar da «outra» — essa, a pessoana, que todos nós, participantes do Congresso, mal ou bem ajudámos a tocar.

Os três dias do Congresso foram de trabalho intenso. À excepção das comunicações do primeiro dia — todas elas da responsabilidade de conhecidos pessoanos, como Eduardo Lourenço, Joel Serrão, João Gaspar Simões, Maria Teresa Rita Lopes, Robert Bréchon, ou Angel Crespo — as restantes foram apresentadas em duas séries de sessões paralelas, numa sucessão de palestras, sem dúvida estimulantes na sua maioria, mas de alguma forma prejudicadas pela escassez do tempo reservado ao debate, que sempre se espera anime congressos desta natureza. Diga-se, no entanto, em abono da organização do Congresso, que as ocasiões de convívio proporcionadas no intervalo dos trabalhos foram lugar fértil de perguntas-e-respostas e de discussão informal dos temas mais aliciantes e contribuíram para o saldo positivo destas jornadas pessoanas.

As comunicações ao Congresso arrumaram-se (ou combinaram-se) em volta das principais áreas tradicionais de estudos literários — da história literária à estética da recepção, da análise estrutural do texto pessoano à semiótica, da hermenêutica poética à literatura comparada — numa variedade de perspectivas e de pressupostos teóricos e metodológicos que incluiu a filosofia (existencial), a psicanálise (Freud/Lacan), a alquimia, a história sócio-cultural e política. Com raras excepções, de que destaco a inteligente comunicação de Norma Tasca sobre o *Interregno*, a *Obra Poética* é ainda o principal centro das atenções e, dos temas pessoanos abordados — pondo para já de parte o *Livro do Desassossego*, então acabado de publicar na íntegra —, verifica-se que a heteronímia continua a desafiar a imaginação e a capacidade crítica dos estudiosos. Se o fenómeno da despersonalização e impessoalidade, característico do modernismo, continua a ser, sobretudo para aqueles que, como eu própria (v. o texto da minha comunicação, «Interrupção Poética: Fernando Pessoa e o “Kubla Khan” de Coleridge», posteriormente publicada no n.º 9 de *Persona*), mais se ocupam de Pessoa de uma perspectiva comparada, um ponto de referência importante, modificado, embora, por considerações mais ou menos originais sobre a importância da heteronímia pessoana para a compreensão da génese poética em geral, outros preferem alargar e desenvolver ainda a tese magistralmente defendida por Eduardo Lourenço em *Pessoa Revisitado* (Porto, Inova, 1973; 2.ª ed. 1983) — a multiplicação do sujeito como a

des-presentificação da ausência do pai — em perspectivas agora enriquecidas pelo contributo post-freudiano da obra de Jacques Lacan. Será até interessante registar aqui como foram frequentes no Congresso as referências, por pessoanos de formação e orientação tão diferentes como, e.g., Arnaldo Saraiva e Emir Rodriguez Monegal, ao livro de Leyla Perrone-Moisés, acabado de aparecer justamente em Março de 1983 como «um trabalho em (sobre o) negativo que «trata do vazio», o Pessoa/Negativo ou o Vácuo/Pessoa que é Vácuo/Infinito/Existência ou o «Negativo em acção» (Cf. *Fernando Pessoa, Aquém do Eu Além do Outro*, São Paulo, Martins Fontes). Monegal, o uruguaio que há vários anos ensina literatura latino-americana na Universidade de Yale e cujo domínio da literatura universal empresta a todos os seus trabalhos uma amplidão e uma densidade invejáveis, escolheu, para falar de Pessoa, imaginar um encontro entre o poeta português e Jorge Luis Borges em Lisboa em 1923 (ano em que a família do ficcionista argentino visitou Portugal), servindo-se do confronto entre o drama-em-gente pessoano e as excentricidades autorais de Borges para uma re-problematização da questão do autor nos poetas da modernidade. Borges diria mais tarde, numa série de conferências e colóquios sobre a sua própria obra, a que presidiu em Madison (Wisconsin) no Outono passado, que o autor português da sua predilecção é Eça, e não Pessoa — que pelos vistos é para ele literalmente «ninguém»...

O ponto alto do Congresso foi, no entanto, a série de conferências iniciais, todas elas sobre o *Livro do Desassossego*. Com João Gaspar Simões a falar desta obra pessoana como «um falso diário íntimo», José Martins Garcia investigando, através dela, a questão dos géneros literários, Angel Crespo (o poeta espanhol, de tantas afinidades com nossa poesia contemporânea, que é há anos professor de literatura em Porto Rico) debruçando-se de novo sobre o problema heteronímico através do paganismo (e) do *Livro do Desassossego*, a sessão terminou com um belíssimo texto de Eduardo Lourenço, intitulado «*Livro do Desassossego* — Texto Suicida». Se, para Pessoa, a literatura era a gloriosa/torturada confissão de que a vida não basta, Lourenço ensina-nos que também para Pessoa a literatura não basta. O característico paradoxo existencial pessoano traduz-se no *Livro do Desassossego* na (equivoca resistência à) tentação da dissolução definitiva do suicídio no entre-ser do nada intercalar de Bernardo Soares — o vazio reconstituído em instância ontológica, no intenso mas sempre relutante desejo-de-ser (ou, pessoanamente, n'a *Ância*).



Dos trabalhos do Congresso se conclui, como de qualquer outro congresso dedicado a qualquer outro grande poeta, que o estudo da poesia é a consciência da fluida historicidade da palavra, à revelia do impulso crítico suasório para a fixar no tempo e no espaço do texto: a consciência mesma — e a esperança — da necessária continuidade da nossa tarefa de estudiosos de literatura. Nunca estará tudo dito — e as *Actas* deste Congresso, cuja publicação se anuncia para breve, aí estarão a confirmá-lo.

*Maria Irene Ramalho de Sousa Santos*

#### CONFERÊNCIA EUROPEIA SOBRE NOVAS FORMAS DE COOPERAÇÃO

A Conferência Europeia sobre Novas Formas de Cooperação, realizada em Steinkjer, na Noruega, de 15 a 19 de Agosto de 1983, foi organizada pelo Regional College of Nord-Trondelag e pelo Rural Research Group da Universidade de Trondheim e constituiu um interessante *forum* de discussão acerca da, hoje indesmentível, nova etapa da afirmação das formas cooperativas na Europa.

Ao reunir 38 investigadores de diferentes áreas disciplinares e de diferentes experiências, que apresentaram 25 comunicações, esta Conferência revelou a importância crescente que o fenómeno cooperativo vem ganhando na investigação do âmbito das ciências sociais e tornou também claro que este interesse decorre fundamentalmente do novo sentido que estas manifestações têm vindo a assumir face à complexificação crescente da organização da vida económica e social.

O ponto de partida foi a constatação de que, na última década, em muitos países europeus se assistiu a uma «nova vaga» de cooperação. Na agricultura, a principal vitalidade verificou-se em esferas de actividade produtiva habitualmente pouco marcadas pelas instituições cooperativas «tradicionais»; na indústria, são os diferentes tipos de cooperativas de produção; nas comunidades é o papel desempenhado pelas formas autogeridas, cujo desenvolvimento, baseado no alargamento das relações de vizinhança, conduz a novas maneiras de intervenção na organização do modo de viver. Numa pluralidade de formas o mesmo objectivo: conjugar esforços ao nível de base para atingir metas comuns de ordem económica ou cultural.

Dada esta diversidade das novas manifestações e dada a própria tradição das formas tradicionais, mais significativa nuns países do que noutros, algumas questões surgiram, desde logo, na discussão: até que ponto existe um efectivo crescimento de «novas formas»? Não se tratará, pelo contrário, de uma nova vaga de «velhas formas»? O que separa as diferentes formas?

Daí que nos fosse proposto que, para distinguir o «novo» do «tradicional», tomássemos principalmente em conta a natureza do processo de trabalho sendo a existência de actividade em comum o ponto diferenciador. Esta proposta (de Reider Almas, da Noruega) decorreu, por certo, de a tradição cooperativa ter, nalguns países, levado a formas de gigantismo e de preponderância da dimensão comercial, conseguidas à custa do esgotamento das possibilidades de participação.

Sendo a distinção conceptual clara, já no que diz respeito às relações entre as formas instituídas e as novas tem algum interesse tomar em conta as particularidades nacionais. É notório que em países como os escandinavos, onde o peso assumido pelas organizações cooperativas é de tal grandeza que elas constituem, *ao mesmo tempo*, um elemento de forte intervenção nas economias e de consagração da não-participação, são as novas formas que representam um papel bem diferente, pela maneira como tomam nas suas mãos princípios antigos e vontades novas.

Já noutros países (Portugal, porque não?) mantendo-se embora o sentido da distinção, não deverá deixar de se considerar que as formas tradicionais representam ainda, em muitos casos, instrumentos com os quais se luta por uma intervenção de real significado cooperativo e que, por outro lado, as novas formas são um produto suficientemente recente, fruto de muitas motivações, e onde a sua afirmação pode estar fortemente ligada ao apoio conjugado dos vários polos do movimento (dando justificação ao princípio da *intercooperação*).

Mas não deixa de ser certo que entre o paradigma do consumo e o da actividade em comum há uma diferença clara.

A Conferência organizou-se em quatro sessões:

Uma *sessão de abertura* destinada à obtenção de uma perspectiva geral que desse lugar a uma grelha de análise comum. Foi aqui que se procurou definir o sentido do termo «novas formas de cooperação» e se procurou isolar os efeitos do processo de industrialização e o impacto ao nível do desenvolvimento global. Os exemplos da Noruega e de Portugal (comunicação de Nelson Lourenço, da Universidade Nova de Lisboa) representaram o referencial concreto da discussão.



Na segunda sessão, *Cooperação nas indústrias manufatureiras*, o enfoque principal incidiu sobre os problemas das cooperativas de produção e sobre as questões da escala e da coordenação dos esforços cooperativos.

Na sessão destinada às *Relações entre formas novas e tradicionais de cooperação*, para além desta questão, foram discutidas várias experiências nacionais.

Finalmente, na sessão sobre a *Cooperação agrícola*, as comunicações apresentadas assinalaram, ainda que por diferentes vias, as profundas alterações que afectam a economia rural e as novas condições daí decorrentes para o exercício da actividade cooperativa.

No que diz respeito à participação portuguesa, e para além da comunicação já referida de Nelson Lourenço, houve mais duas comunicações — a de José Baptista, da Universidade Nova de Lisboa, que comparou dois modelos de organização na reforma agrária, o centralizado e o autogestionário, e a de José Reis, do Centro de Estudos Cooperativos da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, acerca do modo como uma nova forma de cooperação, em Barcouço, mobilizou o campesinato e simbolizou um catalizador de desenvolvimento estrutural.

Como síntese desta Conferência diria que houve três questões particularmente relevantes que cruzaram as diferentes sessões. Trata-se do *contexto*, das *potencialidades* e dos *obstáculos* deste «novo fenómeno sócio-económico».

A burocratização crescente das sociedades (com reforço dos aparelhos e dos processos de controlo) bem como a amplitude de crise levaram a que às razões que fazem das cooperativas «filhos da pobreza» se juntem as forças de uma «nova pobreza» (as expressões são do polaco Kowalak). É que, para além da procura de novas oportunidades de trabalho, importa também ganhar as condições que respeitem a própria dignidade do trabalho e que respondam às *novas necessidades* que os sistemas criam — liberdade e tempos de lazer, recusa da mera execução de papeis pré-determinados...

As «cooperativas podem não mudar nem o sistema capitalista nem o do socialismo real» mas não se lhes podem negar potencialidades para juntar meios dispersos e para os utilizar com outros proveitos, bem diferentes dos que resultam das economias patronais.

Não se duvidará que há obstáculos — os resultados económicos condicionam o exercício das solidariedades, as actividades em comum sofrem a concorrência quer das que permanecem individuais (este é um exemplo mais significativo para o caso

da produção agrícola) quer das que representam a lógica capitalista das economias. Pode ainda apontar-se que as novas formas de cooperação não ganharão estabilidade sem suporte político.

O problema principal estará, contudo, na capacidade para conciliar *eficiência* económica com *democracia* e *participação*. Este grande desafio exige principalmente que se construam condições que são, em muito, endógenas ao movimento.

Veremos que balanço nos poderá oferecer a II Conferência, programada para um país da Europa do Sul.

José Reis

#### 1.º COLÓQUIO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITO ECONÓMICO

De 29 de Setembro a 2 de Outubro de 1983, realizou-se em Rennes o 1.º Colóquio da *Associação Internacional de Direito Económico* (AIDE), reunindo participantes da França, Bélgica, Tunísia, Argélia, Mali, Itália e Portugal.

Criada em 1982, a AIDE propõe-se agrupar juristas e economistas interessados numa reflexão interdisciplinar. Para facilitar as trocas e a colaboração entre os seus membros, a Associação publica um Boletim de informação sobre actividades de investigação e principais iniciativas internacionais no domínio do Direito Económico.

Este 1.º Colóquio teve como tema: «*Autoridade e responsabilidade no domínio da decisão económica*». Para além de uma sessão de abertura (com comunicações de M. Gérard Farjat, presidente da AIDE, e M. C. Champaud, vice-presidente e organizador do Colóquio), a discussão foi repartida por três secções que trataram o tema Empresa, Autoridade e Responsabilidade relacionando-o com poderes públicos, poderes privados e organização interna do poder.

A questão central na 1.ª secção era, esquematicamente, a de saber como se repartem entre empresas e poderes públicos a autoridade — quer dizer o poder de decisão económica — e a responsabilidade (em qualquer das suas formas). Existirá sempre correspondência entre uma certa autoridade de um determinado operador económico e uma forma de responsabilidade jurídica?

M. Terki (Universidade de Argel) estudou o problema numa economia planificada, centrando-o no caso específico das empresas de economia mista na Argélia, concluindo por uma atenuação simultânea da responsabilidade e autoridade relativamente ao Estado.

M. Bazex (Universidade de Paris) referiu-se, na sua intervenção, às relações de autoridade e responsabilidade entre empresas privadas e poderes públicos em economia de mercado, relacionando a liberdade de empresa com a crescente possibilidade de intervenção do Estado.

Mrs. Maziers e Saint-Giron (Universidade de Toulouse) colocaram o problema da autoridade e responsabilidade das empresas públicas que funcionam em economia de mercado. A sua análise permitiu inferir que a autonomia das empresas públicas relativamente ao Estado implica a sua responsabilidade relativamente ao mercado e que a sua autonomia do mercado implica uma responsabilidade crescente perante o Estado.

A 2.<sup>a</sup> Secção (Autoridade e Responsabilidade em matéria de poderes privados) centrou os seus trabalhos na questão de saber onde se situa a autoridade, precisando a noção de poder privado, a sua organização e a sua função. Contou com intervenções de M. Henrion (Ministro de Estado belga), M. Jean-tin (Universidade de Paris) e M. Huveneers.

A discussão mostrou a complexidade do problema analisado, tendo sido afirmado como os centros reais de autoridade no seio dos poderes privados são movediços e imprecisos e como este facto torna impossível a imposição de princípios rígidos de responsabilidade.

A autonomia jurídica pode, aliás, ser um meio de dissociar autoridade de responsabilidade. Isto mesmo salientaram as últimas comunicações sobre a incidência na responsabilidade da empresa dos laços de dependência societários e contratuais nomeadamente com o poder bancário.

Finalmente a 3.<sup>a</sup> Secção (organização interna do poder) pôs em relevo os problemas específicos levantados pela incidência que a organização dos trabalhadores pode ter sobre a detenção e exercício do poder, assim como as dificuldades inerentes à organização colegial do poder na empresa.

O levantar de determinados problemas, com incidência mais ampla (existirá um poder bancário autónomo?), assim como o carácter interdisciplinar imprimido à discussão de algumas questões parecem ser os aspectos mais positivos deste Colóquio, excelentemente organizado pela Universidade de Rennes. Como aspecto negativo a ausência de participantes de outros países — Espanha, Alemanha, E.U.A., Inglaterra, Hun-

gria, por exemplo — potencialmente relatores de diferentes experiências e com contributos teóricos enriquecedores do debate. Esperemos, como aliás foi manifestado pela própria Direcção da AIDE, que esta situação se venha a alterar em posteriores colóquios ou seminários.

*Maria Manuel Leitão Marques*

#### SEMINÁRIO SOBRE A FORMAÇÃO DE PESSOAL EDUCATIVO E TRATAMENTO DE MENORES DELINQUENTES

Não será exagero afirmar que o Seminário organizado pelo Conselho da Europa, em colaboração com a Direcção Geral dos Serviços Tutelares de Menores e o Gabinete de Documentação e Direito Comparado, foi uma iniciativa que, pelo número de participantes que reuniu (cerca de 100), variedade (Técnicos de Educação, Directores de Serviços e de Estabelecimentos de Menores, Magistrados, Sociólogos, Psicólogos, etc.) e âmbito da temática em debate (a delinquência) contribuirá, no futuro, para a inovação e reformulação das orientações de natureza legislativa e de métodos de trabalho bem como para a aceleração das indispensáveis mudanças nas estruturas e práticas institucionais e, ainda, provavelmente, para o relançamento da investigação num domínio cujo estatuto de marginalidade a tem remetido para um relativo esquecimento. Pelo menos, assim nos faz pensar o interesse e a vivacidade que caracterizou esta reunião que decorreu no Centro de Estudos Judiciários de 14 a 16 de Novembro de 1983 e que não tem precedentes entre nós.

Após as intervenções do Magistrado do Tribunal Constitucional de Itália, Senhor La Greca, que apresentou uma comunicação intitulada «Tendance évolutive dans le traitement des jeunes délinquants» e da Directora do Centre de Formation et de Recherche de l'Éducation Surveillée de Paris, Senhora Prétot, que falou sobre «Le recrutement et formation du personnel appelé à participer au traitement des jeunes délinquants», assistiu-se a um debate de momentos e intervenções de níveis de desigualdade que oscilaram entre a patente preocupação de obter esclarecimentos práticos respeitantes às condições de trabalho, carreiras, formação e reciclagem profissionais dos diver-

soz agentes intervenientes no processo reeducativo dos delinquentes nos países da CEE e as que se moveram mais no terreno dos ajustamentos que se têm vindo a operar no enquadramento jurídico, inovação de métodos de trabalho e sucessos e insucessos de fórmulas ensaiadas.

As intervenções que se situaram mais no âmbito da obtenção de esclarecimentos de conteúdo prático, se produziram o efeito de sublinhar a precaridade em que se encontram os nossos serviços, deixaram, provavelmente, entre os presentes, a noção de que o fenómeno da delinquência se reveste em muitos países da Europa de formas que, pela sua extensão e violência, remetem, por contraste ainda com a predominância dos casos que se observam entre nós, mais para os campos da acção e da protecção social do que propriamente para o da intervenção penal. Aliás, os contornos dos campos da intervenção penal e da acção e protecção social, foram, certamente, um dos assuntos que, pela indefinição que assume entre nós, maior consenso produziu junto dos participantes. É que a tendência dualista destas intervenções cria e diversifica meios e processos que se ajustam mal aos que a realidade desenvolve.

Sobre o debate que se desenvolveu em torno de algumas questões de fundo, foi evidenciada a dificuldade de articular a teorização, que neste domínio tem vindo a ser feita, com uma realidade que se revela particularmente móvel, na medida em que ela acompanha e exprime, através de fenómenos e comportamentos característicos, as mudanças estruturais e de relacionamentos que se processam no Social. Os hiatos que, a este nível, se registam entre nós, se os compararmos com os que se podem observar em França, por exemplo, encontram-se agravados por um conjunto de factores de entre os quais foram assinalados a não correspondência entre a inovação de métodos e práticas reeducativas e os enquadramentos orgânicos; a necessidade de adquirir consciência dos riscos e armadilhas que as teorizações importadas e mal filtradas transportam ao serem aplicadas à nossa realidade, que conhecemos mal pela quase inexistência de investigações credíveis; a dificuldade da comunicação institucional, devida, em parte, à existência de perspectivas e iniciativas não convergentes.

O enquadramento orgânico actualmente em vigor em Portugal sobre a delinquência encontra-se consagrado no decreto-lei n.º 314/78, que define a natureza e fins dos Tribunais de menores e a organização e funcionamento dos estabelecimentos de menores. Apesar de ser de publicação recente ele encontra-se substancialmente envelhecido, nomeadamente porque as estruturas que através dele são corporizadas se defrontam com

bloqueamentos difíceis de superar. Bloqueamentos esses que provêm, em boa parte, do tipo de compartimentações criadas quer no plano institucional, quer no plano espacial, produtos, muitas delas, de racionalidades e lógicas com uma raiz histórica que tem vindo a ser reconhecida como inoperante em alguns países da Europa. Como expressão deste facto reconheceu-se, entre outros aspectos, na inexistente e indispensável descentralização, na excessiva diferenciação e deficiente concepção de estabelecimentos, no sobredimensionamento e nas características da malha de implantação territorial dos estabelecimentos, a causa de muitas das dificuldades e impasses que entre nós se observam. A inércia resultante de estatutos organizacionais, regulamentares, profissionais, etc., apareceu também como um obstáculo às reformulações a que se torna necessário dar curso e que deverão procurar orientar-se no sentido de accionar estruturas pequenas, descentralizadas, com uma orgânica leve, de modo a facilitar a sua adaptação permanente. A este propósito, as intervenções da Senhora Prétot revestiram-se de particular interesse, não só porque foram recheadas de exemplificações de casos mas, também, porque sugeriram pistas de trabalho e métodos a desenvolver. O recurso ao método por ela designado de sistémico, enquanto forma de intervenção que exige, perante a apreciação globalizante de casos, a conjugação de iniciativas dos diferentes intervenientes no processo reeducativo, foi uma das pistas apresentada como condutora de potencialidades na renovação de processos e na inversão de tendências.

*Carlos Lencastre Costa*

#### NONO CONGRESSO BIENAL DA ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE ESTUDOS AMERICANOS

De 3 a 6 de Novembro de 1983, realizou-se em Philadelphia, Pennsylvania, o Nono Congresso Bienal da Associação Americana de Estudos Americanos, a maior e a mais prestigiada das associações nesta área de estudos. O Congresso reuniu centenas de participantes, de entre os quais se destacavam alguns dos nomes mais notáveis neste campo.

Cumprindo a sua vocação interdisciplinar, os Estudos Americanos mais uma vez demonstraram grande dinamismo, de que



foi exemplo uma evidente vontade de diálogo e renovação. À roda de um tema, que era assumidamente inespecífico e englobante, «Public Life, Private Lives», o Congresso estruturou-se com base num princípio bem americano de polémica e discussão entre os mais novos e os seus mestres. O Encontro propunha, como seu objectivo último, o confronto da teoria com a sua prática no plano dos Estudos Americanos, quer dentro da Universidade, quer nos seus reflexos ou ligações significativas com a sociedade em geral. As sessões concretizaram-se assim à volta da discussão estimulante e produtiva entre jovens, no início da carreira, que tomaram a palavra para propor possíveis aplicações das teorias que maior influência têm tido na prática contemporânea dos Estudos Americanos, e os seus comentadores, frequentemente os seus mestres. Aos teóricos, autores das teorias em questão, presentes, eles próprios, nas sessões, cabia a resposta à discussão, depois alargada ao público interessado. Foi de facto inovador, e sem dúvida muito interessante, vermos autores de renome, em pessoa, exporem-se ao desafio das suas teorias e, na sua maioria, surpreendentemente abertos a sugestões e críticas. Foi o caso, por exemplo, do estudioso da raça e etnicidade, Herbert Gans, que, de bom grado, aderiu à dissecação dos seus quadros conceptuais por jovens e brilhantes argumentadores como Werner Sollors e José Limon; não tão bem sucedida foi a proposta de aplicação da leitura ou recepção do texto de Stanley Fish a uma análise da sociedade. A título de exemplo ainda, outras perspectivas serão de referir, pela sua especial relevância para os Estudos Americanos, trazidas a debate através de teorizações como a de Richard Sennett na Sociologia, Henry Glassie no Folclore, Catherine Albanese na Religião, ou Mary Douglas na Antropologia.

O ensino dos Estudos Americanos no estrangeiro foi também objecto de debate, numa sessão especialmente programada para o efeito. Organizada em forma de mesa redonda, dinamizada por dois professores de nacionalidade americana, com experiência de docência no estrangeiro, e três professores de Estudos Americanos de diferentes nacionalidades (entre eles, a Doutora Maria Irene Ramalho de Sousa Santos, da Faculdade de Letras de Coimbra e Vice-Presidente da Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos), esta sessão suscitou debate, por vezes polémico, sobre questões como o estabelecimento (ou subversão) dos cânones, concepção e organização de *curricula* e programas, definição de prioridades e, sobretudo, o problema da relevância e alcance dos Estudos Americanos na sua inserção nos diferentes países do mundo.

Como se tornou evidente até aqui, a vastidão do tema e a já referida tendência interdisciplinar possibilitaram a inclusão das mais variadas versões, redefinições, polémicas, como aliás é característico dos Estudos Americanos, e se sugeria já na longa lista de tópicos apresentada no programa: da Língua à Literatura, da História à Biografia e Autobiografia, da Filosofia à Religião, do Folclore à Cultura Popular, da Música ao Cinema e Fotografia, da Arquitectura à Sociologia, das Minorias às Mulheres, passando pela cidade, o trabalho, a família, a lei, o ambiente, a ameaça nuclear.

Apesar da quase inevitável aparência de desorganização, justificada talvez, em parte, pela dimensão e ambições do projecto desta Associação, recolhia-se em cada grupo de trabalho, com maior ou menor êxito, um dado importante para um debate que se deveria alargar a outras associações e especialmente à prática dos Estudos Americanos nas Escolas. Esse dado é exactamente a questionação das teorias, que saíam do seu isolamento e dogmatismo, e se expõem ao desafio de uma discussão recriadora, à medida que novas ideias se aventam, novas hipóteses de trabalho se abrem.

A frustração do observador em Encontros deste género cresce em proporção directa com a variedade dos temas em debate e o número de grupos de trabalho paralelos, dada a evidente limitação física, que apenas permite absorver uma parcela mínima do conjunto. De qualquer modo, restou a experiência frutuosa de uma amostragem significativa das ideias, práticas e propostas de investigação, que retrata o panorama contemporâneo dos Estudos Americanos.

*Maria Isabel Caldeira*

## ESTUDOS SOBRE A MULHER

Subordinado à temática «Estudos sobre a Mulher», decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian, nos passados dias 24 e 25 de Novembro, um Seminário organizado pela Comissão da Condição Feminina. Paralelamente, esteve aberta uma Exposição Bibliográfica sobre a Mulher, na qual foram integradas obras portuguesas sobre mulheres e cujo catálogo constitui um instrumento de investigação extremamente útil.

No primeiro dia, os trabalhos do seminário consistiram na apresentação e debate das comunicações de Michèle Kail

e Maria Angeles Duran que falaram da história e do desenvolvimento dos estudos sobre mulheres nos seus países, sobretudo nas instituições em que trabalham — Centre National de Recherches Scientifiques e Universidad Autonoma de Madrid, respectivamente. O segundo dia foi ocupado por um painel no qual participaram professores e professoras das universidades portuguesas, que expuseram as linhas mestras que devem presidir aos estudos sobre as mulheres a desenvolver no âmbito das respectivas áreas científicas: José Mattoso — História; Teresa Sousa Fernandes — Sociologia; Maria Helena Mateus — Linguística; Teresa Rita Lopes — Literatura; Joyce Moniz — Psicologia e Manuel Silva — Economia.

A primeira observação suscitada por este seminário, relaciona-se com a diferença da natureza das intervenções no caso dos/das participantes nacionais e no caso das participantes estrangeiras. Estas contaram-nos como tem sido árduo o esforço necessário para algumas realizações em que têm estado envolvidas: Michèle Kail apresentou, pormenorizadamente e dum ponto de vista organizacional, a metodologia e trabalho de mobilização e discussão desenvolvidos pelo CNRS com vista à realização, em 1982, do congresso de Toulouse, que pela primeira vez, em França, reuniu os investigadores e investigadoras das problemáticas relativas às mulheres; Maria Angeles Duran, numa intervenção viva e empenhada num estilo pouco habitual em universitários(as) e que catapultou a assistência para um estado de exaltação típica dos grandes momentos colectivos, contou-nos o trajecto percorrido até ao seu questionamento da sociologia, enquanto cientista e mulher, e as adversidades com que se tem confrontado para conseguir pôr de pé um seminário, que a pouco e pouco foi grangeando estatuto académico, e a realização anual de jornadas interdisciplinares sobre as mulheres. Por seu turno, as intervenções portuguesas centraram-se sobre a discussão dos pressupostos e postulados teórico-metodológicos dos vários campos disciplinares, neste momento à procura das mulheres como objectos teóricos.

Esta diferenciação na natureza das comunicações ficou a dever-se, essencialmente, à ambiguidade do objectivo do seminário. É redundante dizer que se pretende dinamizar a investigação, pois tal é o objectivo implícito de qualquer seminário. Por outro lado, óbvio também me parece o facto de um encontro destes dever ser uma resultante da investigação que se vai fazendo. Ora, esta foi a grande ausente. Falo de ausência porque acho que não se pode falar de inexistência. Se é certo que, no nosso país, neste como em quase todos os sectores da pesquisa científica, nos encontramos em paupérrima situação, também

não é verdade que estejamos no ponto zero. A própria CCF têm desenvolvido trabalho e publicado resultados que não tiveram, porém, estranhamente, qualquer papel neste seminário. Como também não foram peças de debate aspectos relativos: à pesquisa (im)possível de levar a cabo em instituições universitárias ou noutras; à vivência das mulheres mais (im)penetrável pela pesquisa «oficial»; aos entraves de toda a ordem (im)postos às abordagens de tais objectos teóricos social e cientificamente desvalorizados, ou (des)valorizados de uma forma cooptada; à dialética (in)existente, em Portugal, entre movimentos sociais e práticas teóricas.

A justeza daquele juízo parece-me amplamente confirmada pela extrema curiosidade com que foi recebida a comunicação extra-programa de Isabel Faria, sobre as hipóteses e resultados da sua pesquisa acerca das «formas de auto-referência e de orientação para o significado, em Português contemporâneo, em função do estrato socio-profissional, sexo e local de produção». Ou seja, foi além da simples apresentação de (hipó)teses.

Pode dizer-se que a tónica do seminário, sublinhada sobretudo pelas intervenções de Teresa Sousa Fernandes, Teresa Rita Lopes e Manuela Silva, foi o reforçar da convicção de que se exige às novas linguagens científicas, para serem novas, que não se limitem ao mero acto de acrescentar mais uma variável — o sexo — aos campos teóricos já constituídos. Uma vez que os discursos científicos foram, até agora, produzidos pelos e para os homens, não basta que eles passem a ser produzidos pelas e para as mulheres. A frase de Michèle Kail «não sair da clandestinidade para entrar no ghetto» traduz bem esta preocupação. Os discursos existentes são quase tão maus para as mulheres quanto o são para os homens — esqueceram-se de ter em consideração que o mundo masculino se constitui relacionamente. Obviamente, o mundo feminino foi o pólo esquecido dessa relação; ou melhor, foi antes agrilhado a certas conveniências. E isto é verdadeiro para todas as áreas do conhecimento social e humano.

A vivacidade com que a assistência participou é o melhor testemunho da apetência que existe entre nós por encontros em que estes temas possam ser objecto de discussão. Qualquer pretexto é bom. E um encontro já é bom se fornece este pretexto.

*Virgínia Ferreira*

VII CONGRESO DA ASOCIACIÓN ESPAÑOLA  
DE ESTUDIOS ANGLO-NORTEAMERICANOS

De 19 a 22 de Dezembro de 1983, realizou-se na Faculdade de Filologia da Universidade Complutense de Madrid (UCM) o VII Congresso da AEDEAN, sob os auspícios da UCM e da Universidade Nacional de Educação à Distância (UNED). A parte académica do encontro incluiu conferências, comunicações e mesas redondas. De destacar as conferências proferidas pelos convidados de honra, todos eles conhecidos especialistas ingleses ou americanos: William Gass («Tropes of the Text»), Charles Jones («Phonological Change from a Non-Linear Point of View»), Christopher Ricks («Samuel Beckett and Death») e George Watson («A Protestant on a Horse: Yeats»). De salientar ainda as várias sessões em que foram lidas comunicações da autoria de profissionais nacionais e estrangeiros sobre diversos temas relacionados com o estudo e ensino da língua inglesa e as literaturas de expressão inglesa.

O aspecto mais produtivo do Congresso consistiu, sem dúvida, na organização de várias mesas redondas, com animada participação do público, sobre temas de relevância actual no âmbito da especialidade. Na sessão sobre «Relaciones historia-ficción en la literatura americana», presidida por Xavier Coy (Universidade de Salamanca), procurou-se relacionar determinadas tendências da literatura contemporânea, como o post-modernismo e o «new journalism», com correntes actuais da historiografia e da teoria da história. Interessante e estimulante foi também a sessão intitulada «Es posible enseñar la literatura?», presidida por Francisco García Tortosa (Universidade de Sevilha), onde se defendeu uma maior teorização e alargamento do ensino da literatura no âmbito das licenciaturas em línguas modernas. De particular importância neste contexto foram as intervenções de Ramón López Ortega (Universidade da Estremadura), que salientou o valor do estudo das literaturas estrangeiras como forma de perspetivação e aprofundamento dos estudos de letras em geral e da reflexão sobre a cultura e a educação, e de María Lozano (UNED), que defendeu um modelo de Universidade orientada para o «conhecimento científico» e a «compreensão do mundo», e contestou a ideologia tecnicista que tende a reduzir o papel das Faculdades de Letras à chamada «formação de professores».

*Christopher R. Rollason*